

PORTARIA Nº 301, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 184913 - Circuito Musical 2 edição, publicado na portaria nº 0736/18 de 27/11/2018, no D.O.U. de 28/11/2018.

Onde se lê: São 07 espetáculos com apresentação da Banda Indústria Musical, em cidades do interior do sul do Brasil, originalmente esta banda trazendo seu novo projeto, fazer música instrumental. Predominam instrumentos de sopro: Trompete, Trombone e Saxofone, acompanhados de: Guitarra, Contrabaixo, Bateria, Teclado, Gaita, Pandeiro. Buscando diversificar o seu repertório a Banda propõe através deste projeto a gravação de um CD somente com músicas instrumentais. Sendo que o mesmo servira de laboratório para testar uma mudança de foco da banda na perspectiva de trabalhar um novo segmento musical. A música instrumental.

Leia-se: São 07 espetáculos com apresentação da Banda Indústria Musical, em cidades do interior do sul do Brasil, originalmente esta banda trazendo seu novo projetos, fazer música instrumental. Predominam instrumentos de sopro: Trompete, Trombone e Saxofone, acompanhados de: Guitarra, Contrabaixo, Bateria, Teclado, Gaita, Pandeiro. Buscando diversificar o seu repertório a Banda propõe deste projeto a gravação de um CD somente com músicas instrumentais. Sendo que o mesmo servira de laboratório para testar uma mudança de foco da banda na perspectiva de trabalhar um novo segmento musical. A música instrumental. Sendo que já foram realizadas 04 apresentações de forma presencial, e agora solicitamos a readequação para realizar 03 apresentações em formato de LIVE.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCUA ALAY ESTEVES

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL**PORTARIA Nº 33, DE 26 DE MAIO DE 2021**

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 405, de 19 de agosto de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor dos projetos culturais relacionados abaixo, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

202233 - Produção Cultural Audiovisual Cearense - Fase V

FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA

CNPJ/CPF: 07.663.719/0001-51

Cidade: Fortaleza - CE;

Valor Reduzido: R\$ 21.978,00

Valor total atual: R\$ 972.575,34

204554 - Cine Autorama - 4a Edição

Marco Aurélio Ribeiro da Costa

CNPJ/CPF: 067.885.336-36

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Reduzido: R\$ 16.473,00

Valor total atual: R\$ 427.271,01

210852 - Sacada Musical

M. HORN & CIA LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.539.766/0001-65

Cidade: Encantado - RS;

Valor Reduzido: R\$ 7.350,00

Valor total atual: R\$ 213.281,25

Art. 2.º - Homologar os projetos audiovisuais, relacionados nos anexos desta Portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei n.º 8.313/1991, Decreto n.º 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínio.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GRAÇA MELO CORTES

ANEXO I - Artigo 18 , § 1º

211410 - Docudrama Dependência Digital

INSTITUTO COOPER CARD

CNPJ/CPF: 30.223.053/0001-32

Processo: 01400001410202161

Cidade: Maringá - PR;

Valor Aprovado: R\$ 181.263,00

Prazo de Captação: 27/05/2021 à 31/12/2021

Resumo do Projeto: O presente projeto prevê a produção de um documentário, no formato documentário dramatizado, sobre a dependência digital de crianças e jovens e como isso os afetam culturalmente, socialmente e sobretudo fisiologicamente. Sendo categorizado como média-metragem, com duração estimada em 35 minutos, e finalização do vídeo em formato 4K. O material será distribuído por meio das plataformas virtuais, redes sociais e exibido em escolas públicas do município de Maringá. No projeto será realizado palestras gratuitas sobre criação e produção de obra audiovisual documental com exibições exclusivas do documentário Docudrama Dependência Digital, com a participação do DIRTETO Cinematográfico do filme.

211411 - Produção do curta-metragem ficcional Água Doce (nome provisório)

Gustavo Maximiliano Silva Oliveira

CNPJ/CPF: 706.021.741-04

Processo: 01400001411202113

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R\$ 199.227,27

Prazo de Captação: 27/05/2021 à 16/11/2021

Resumo do Projeto: O produto principal do projeto é a produção audiovisual do curta-metragem ficcional de duração de 15 minutos, do gênero drama, provisoriamente intitulado "Água Doce" com classificação indicativa para 14 anos. Além disso, iremos realizar como produto de contrapartida 3 (três) oficinas de realização cinematográfica, com carga horária de 8h/aula cada, totalizando 24h, para o público interessado dos municípios onde serão realizadas as filmagens, no interior do Estado de São Paulo. O curta-metragem será filmado e finalizado em HD, em formato 16:9, em cores, com som 5.1 e Stereo 2.0. Será falado em português (Brasil), com legendas em inglês e closed caption em português, para garantir acessibilidade.

211412 - Musicalize Brumadinho

BRENDON SANDERSON MORAIS CAMPOS

CNPJ/CPF: 114.343.226-61

Processo: 01400001412202150

Cidade: Brumadinho - MG;

Valor Aprovado: R\$ 199.980,00

Prazo de Captação: 27/05/2021 à 31/12/2021

Resumo do Projeto: O projeto prevê a produção do documentário "Musicalize Brumadinho", com duração de 69 minutos, finalização em FullHD, 24 frames por segundo (fps). Enquanto contrapartida social, o projeto irá realizar palestra sobre produção audiovisual.

ANEXO II - Art. 26

211409 - nativas.br

CHG Camargo Ribas

CNPJ/CPF: 04.092.785/0001-20

Processo: 01400001409202136

Cidade: Ventania - PR;

Valor Aprovado: R\$ 179.999,82

Prazo de Captação: 27/05/2021 à 31/12/2021

Resumo do Projeto: Websérie de documentários investigativos, que tratam de discutir a história, biologia e manejo das plantas nativas do Brasil e da América do Sul. A série é composta por 12 episódios de 6,5 minutos, no formato específico para atender a demanda na plataforma de streaming da internet, mapeada por uma pesquisa e por informações de pesquisadores e estudiosos do tema. Público-Alvo: Crianças e adolescente (12-18). Classificação Livre.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA**DESPACHO Nº 56-E, DE 25 DE MAIO DE 2021**

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar as análises complementares dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

19-0163 TUDO NA PANELA

Processo: 01416.003548/2019-19

Proponente: TALK FILMES LTDA - EPP

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 11.403.337/0001-66

Valor total aprovado: de R\$ 771.245,00 para R\$ 762.474,00

Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: R\$ 721.000,00

Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 785, realizada em 05/03/2021

Prazo de captação: até 31/12/2022

19-0157 ANDANÇA - A VIDA E A MÚSICA DE BETH CARVALHO

Processo: 01416.002994/2019-06

Proponente: TV ZERO CINEMA LTDA

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 03.360.320/0001-40

Valor total aprovado: de R\$ 1.270.104,00 para R\$ 1.058.077,68

Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 350.000,00 para R\$ 345.173,80

Aprovado no âmbito do Circuito Deliberativo nº. 25-E, encerrado em 20/04/2021

Prazo de captação: até 31/12/2022

Art. 2º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

MAURO GONÇALVES DE SOUZA

Ministério Público da União**ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA****PORTARIA PGR/MPU Nº 48, DE 26 DE MAIO DE 2021**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 1º quadrimestre de 2021, conforme Anexos I e II desta Portaria.

§ 1º O percentual da Despesa Total com Pessoal (DTP) sobre a RCL foi de 0,606876 em razão do cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) para o 1º Quadrimestre de 2021 ter ocorrido sem observância do item 9.2.1.1 do Acórdão TCU nº 4.074/2020 - Plenário, uma vez que foi conhecido pedido de reexame interposto pela Advocacia-Geral da União, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.1, 9.2 (e subitens) e 9.3 do referido Acórdão. Se restabelecidos os efeitos pelo TCU, a RCL deverá ser recalculada pela Secretaria do Tesouro Nacional, aumentando em R\$ 77 bilhões. Nesse novo cenário, o percentual da DTP do MPU sobre a RCL será de 0,551105, excetuada a aplicação do Acórdão TCU nº 3.015/2020 - Plenário.

§ 2º Na Despesa Total com Pessoal do MPU constam as despesas de caráter indenizatório de que trata o Acórdão TCU nº 3.015/2020 - Plenário, visto que ainda não houve o julgamento de mérito sobre a dedução das mencionadas despesas no cálculo da DTP. No RGF em referência, essas despesas somam quase R\$ 304 milhões e, mantendo o TCU o mesmo entendimento, haverá redução do percentual da DTP do MPU sobre a RCL, chegando-se ao limite de 0,567045, o que significa que o Órgão estará abaixo do seu limite prudencial que é de 0,57% da RCL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS



ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹	
	(Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	TOTAL (Últimos 12 Meses)	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	394.773.497,09	398.285.792,26	446.566.760,97	398.184.036,41	396.940.928,94	401.833.166,15	471.770.768,20	675.975.830,04	598.407.517,61	402.254.789,62	399.960.572,20	397.509.647,51	5.382.463.307,00	373.419,52	
Pessoal Ativo	337.378.794,40	340.627.174,54	385.684.171,94	340.718.921,38	339.380.911,33	344.629.908,65	414.601.342,78	569.694.326,92	512.031.066,29	344.435.775,81	342.358.079,49	340.073.640,94	4.611.614.114,47	333.982,71	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	280.188.684,92	283.184.746,83	328.338.056,17	283.327.821,85	282.007.352,20	287.321.924,59	356.559.928,84	454.276.589,94	454.398.841,78	286.785.835,28	284.766.024,82	282.630.644,35	3.863.786.451,57	167.639,17	
Obrigações Patronais	57.190.109,48	57.442.427,71	57.346.115,77	57.391.099,53	57.373.559,13	57.307.984,06	58.041.413,94	115.417.736,98	57.632.224,51	57.649.940,53	57.592.054,67	57.442.996,59	747.827.662,90	166.343,54	
Pessoal Inativo e Pensionistas	57.394.702,69	57.658.617,72	60.882.589,03	57.465.115,03	57.560.017,61	57.203.257,50	57.169.425,42	106.281.503,12	86.376.451,32	57.819.013,81	57.602.492,71	57.436.006,57	770.849.192,53	39.436,81	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	45.198.081,17	45.213.444,82	48.122.205,31	45.060.585,95	45.135.063,94	45.020.515,17	44.923.631,47	84.443.077,18	67.517.900,19	44.914.455,33	44.817.167,86	44.752.479,85	605.118.608,24	39.436,81	
Pensões	12.196.621,52	12.445.172,90	12.760.383,72	12.404.529,08	12.424.953,67	12.182.742,33	12.245.793,95	21.838.425,94	18.858.551,13	12.904.558,48	12.785.324,85	12.683.526,72	165.730.584,29		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	58.316.084,75	57.805.367,51	61.006.119,97	57.465.115,03	57.568.557,65	57.203.956,81	57.169.425,42	84.293.224,49	87.603.991,04	57.969.109,65	57.602.492,71	58.226.707,70	752.230.152,73		

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	921.382,06	146.749,79	123.530,94		8.540,04	699,31		34.842.369,98	1.227.539,72	150.095,84		790.701,13	38.211.608,81		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	57.394.702,69	57.658.617,72	60.882.589,03	57.465.115,03	57.560.017,61	57.203.257,50	57.169.425,42	49.450.854,51	86.376.451,32	57.819.013,81	57.602.492,71	57.436.006,57	714.018.543,92		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	336.457.412,34	340.480.424,75	385.560.641,00	340.718.921,38	339.372.371,29	344.629.209,34	414.601.342,78	591.682.605,55	510.803.526,57	344.285.679,97	342.358.079,49	339.282.939,81	4.630.233.154,27	373.419,52	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ²	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) ³	4.630.606.573,79	0,606876
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.578.141.621,23	0,600000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.349.234.540,17	0,570000
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	4.120.327.459,11	0,540000

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável SUBCON/SPOC/SG, Data de emissão 24/maio/2021 e hora de emissão 15h e 30m.

Notas:

- 1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
- 2 - Portaria STN nº 853, de 20/5/2021.
- 3 - Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.
- 4 - Em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019 e na Nota Técnica SEI nº 193/2020/ME, na DTP não foi computada a despesa com auxílio reclusão apropriada indevidamente na natureza de despesa 3190.05.01 (Auxílio-Reclusão), nos meses de maio/2020 (R\$ 6.914,11) e junho/2020 (-R\$ 76.049,81).
- 5 - Em que pese tenha havido extrapolação do limite de gastos com pessoal no 3º. Quadrimestre de 2020 - muito devido à drástica redução da RCL -, as medidas de retorno encontram-se suspensas devido ao Decreto Legislativo nº. 6 de 2020, cc. art. 65 da Lei Complementar 101/2000 e art. 15 da Lei Complementar 178/2021.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

RONALDO DA SILVA PEREIRA
Auditor-Chefe

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹	
	(Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	TOTAL (Últimos 12 Meses)	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	60.508.450,62	60.681.438,61	71.546.720,81	60.551.511,67	60.410.679,07	60.846.406,05	78.135.013,82	111.031.555,45	92.485.153,86	60.712.494,37	60.765.580,85	60.489.209,19	838.164.214,37	833.487,13	
Pessoal Ativo	53.121.464,21	53.369.025,15	63.875.511,29	53.253.042,38	53.151.244,64	53.523.151,38	70.136.981,95	93.102.552,22	81.312.621,12	53.231.273,32	53.361.926,16	53.107.995,42	734.546.789,24	625.745,23	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.293.850,63	44.610.383,41	55.143.855,81	44.476.959,13	44.415.196,08	44.806.013,83	61.395.163,13	75.458.775,77	72.594.401,23	44.533.416,97	44.669.103,02	44.414.737,86	620.811.856,87	32.443,40	
Obrigações Patronais	8.827.613,58	8.758.641,74	8.731.655,48	8.776.083,25	8.736.048,56	8.717.137,55	8.741.818,82	17.643.776,45	8.718.219,89	8.697.856,35	8.692.823,14	8.693.257,56	113.734.932,37	593.301,83	
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.386.986,41	7.312.413,46	7.671.209,52	7.298.469,29	7.259.434,43	7.323.254,67	7.998.031,87	17.929.003,23	11.172.532,74	7.481.221,05	7.403.654,69	7.381.213,77	103.617.425,13	207.741,90	



Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.729.465,08	5.688.592,11	6.021.623,77	5.707.448,29	5.669.433,41	5.751.210,57	6.425.987,77	14.398.456,33	8.765.762,36	5.858.181,76	5.771.285,96	5.690.138,46	81.477.585,87	207.741,90
Pensões	1.657.521,33	1.623.821,35	1.649.585,75	1.591.021,00	1.590.001,02	1.572.044,10	1.572.044,10	3.530.546,90	2.406.770,38	1.623.039,29	1.632.368,73	1.691.075,31	22.139.839,26	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	7.386.986,41	7.312.413,46	7.671.209,52	7.298.469,29	7.259.434,43	7.323.254,67	7.998.031,87	18.428.056,83	11.384.758,07	7.412.937,29	7.369.512,81	7.347.071,89	104.192.136,54	145.707,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração								11.351.311,70	212.225,33				11.563.537,03	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.386.986,41	7.312.413,46	7.671.209,52	7.298.469,29	7.259.434,43	7.323.254,67	7.998.031,87	7.076.745,13	11.172.532,74	7.412.937,29	7.369.512,81	7.347.071,89	92.628.599,51	145.707,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	53.121.464,21	53.369.025,15	63.875.511,29	53.253.042,38	53.151.244,64	53.523.151,38	70.136.981,95	92.603.498,62	81.100.395,79	53.299.557,08	53.396.068,04	53.142.137,30	733.972.077,83	687.780,13
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								VALOR			% SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ²								763.023.603.538,79			-			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)								734.659.857,96			0,096283			
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF e Decreto nº 3.917/2001, com redação dada pelo Decreto nº 10.120/2019)								1.014.821.392,71			0,133000			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)								964.080.323,07			0,126350			
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)								913.339.253,44			0,119700			

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável SUBCON/SPOC/SG, Data de emissão 24/maio/2021 e hora de emissão 15h e 30m.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN nº 853, de 20/5/2021.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

RONALDO DA SILVA PEREIRA
Auditor-Chefe

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República

Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 68, DE 25 DE MAIO DE 2021

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2021, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA ARRAES

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2020 A ABRIL/2021

DESPESA COM PESSOAL (Últimos 12 Meses)	DESPESAS EXECUTADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	LÍQUIDADAS													
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	147.264.754,13	191.785.433,69	146.969.665,00	146.526.983,69	146.555.220,23	147.995.221,34	145.863.696,18	226.366.673,41	169.133.563,19	146.058.713,03	146.704.323,06	146.476.957,55	1.907.701.204,50	2.982.791,80
Pessoal Ativo	83.775.452,38	96.940.581,89	83.242.335,23	83.042.077,61	83.223.067,72	84.836.539,19	83.056.143,87	131.478.701,46	105.506.344,39	82.605.453,13	83.545.291,74	83.702.072,33	1.084.954.060,94	2.343.076,38
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	68.925.563,67	82.154.958,22	68.399.883,74	68.217.398,84	68.426.714,32	68.917.917,02	68.333.538,16	101.910.866,67	90.779.717,25	67.937.401,66	68.928.131,74	69.056.921,85	891.989.013,14	1.772.712,31
Obrigações Patronais	14.849.888,71	14.785.623,67	14.842.451,49	14.824.678,77	14.796.353,40	15.918.622,17	14.722.605,71	29.567.834,79	14.726.627,14	14.668.051,47	14.617.160,00	14.645.150,48	192.965.047,80	570.364,07
Pessoal Inativo e Pensionistas	63.489.301,75	94.844.851,80	63.727.329,77	63.484.906,08	63.332.152,51	63.158.682,15	62.807.552,31	94.887.971,95	63.627.218,80	63.453.259,90	63.159.031,32	62.774.885,22	822.747.143,56	639.715,42
Aposentadorias, Reserva e Reformas	52.572.324,88	78.515.212,38	52.803.649,16	52.506.790,69	52.380.235,34	52.195.580,08	51.899.489,35	78.602.085,74	52.537.377,56	52.422.778,99	52.189.716,67	52.053.033,18	680.678.274,02	554.715,42
Pensões	10.916.976,87	16.329.639,42	10.923.680,61	10.978.115,39	10.951.917,17	10.963.102,07	10.908.062,96	16.285.886,21	11.089.841,24	11.030.480,91	10.969.314,65	10.721.852,04	142.068.869,54	85.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														

